



Número: **0000047-27.2020.8.17.2490**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Catende**

Última distribuição : **11/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AILTON BUARQUE FERREIRA (AUTOR)		EDSON DE OLIVEIRA SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)		RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
57802051	11/02/2020 18:37	Petição Inicial da Ação de Cobrança Seguro DPVAT	Petição Inicial
57802053	11/02/2020 18:37	Petição Ação de Cobrança em PDF	Petição em PDF
57802058	11/02/2020 18:37	Procuração de Ailton Buarque em PDF	Procuração
57802065	11/02/2020 18:37	RG e CPF de Ailton Buarque	Documento de Identificação
57802068	11/02/2020 18:37	Boletim de Ocorrência	Outros (Documento)
57802072	11/02/2020 18:37	Carta de Indeferimento do Seguro DPVAT	Outros (Documento)
57802073	11/02/2020 18:37	Entrada e Saída do Hospital	Documento de Comprovação
57802075	11/02/2020 18:37	Foto do Sr. Ailton	Outros (Documento)
57802076	11/02/2020 18:37	Ofício Solicitando Perícia e Resultado da Perícia	Outros (Documento)
57802079	11/02/2020 18:37	Pedido Administrativo DPVAT	Outros (Documento)
57803032	11/02/2020 18:37	Pedido do Seguro Declaração do Proprietário e declaração Residência	Documento de Comprovação
58056234	17/02/2020 10:18	Despacho	Despacho
60808989	17/04/2020 16:52	Citação	Citação
60808990	17/04/2020 16:52	Intimação	Intimação
64007698	01/07/2020 09:48		Petição (3º Interessado)
64007701	01/07/2020 09:48	2728937_PETICAO_JUNTADA_SUBSTABELECIMENTO	Petição em PDF
64007716	01/07/2020 09:51		Petição (3º Interessado)
64007723	01/07/2020 09:51	KIT_SEGURADORA_LIDER 1	Outros (Documento)

64007 721	01/07/2020 09:51	PROCURACAO_LIDER	Procuração
65055 707	22/07/2020 13:28	Despacho	Despacho
65500 268	30/07/2020 09:39	Retificação de Autuação	Certidão

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Catende – Pernambuco.

AILTON BUARQUE FERREIRA, brasileiro, solteiro, aposentado, alfabetizado, portador da RG nº 1.428.274-SDS-PE, exp. 14/10/2013, e CPF/MF nº 361.404.144-15, residente na Av. Anízia Lôbo Freire nº 13 – Vila La Grande, município e Comarca de Catende/PE.CEP-55400-000 –Catende-PE, por seu Assistente Judiciário Bel. Edson de Oliveira Santos, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE. - nº 10989, e Acadêmico de Direito *Marcondes de Melo Silva*, com endereço constante do rodapé, e eletrônico *eosadvogado@Bol.com.br* onde recebe as intimações e notificações, “ *In fine*” assinado, sob o manto da Justiça Gratuita, face ser pobre na forma da Lei, instrumento procuratório e declaração de pobreza anexos, por intermédio do qual, vem mui respeitosamente ante Vossa Excelência, com baldrame no art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, em harmonia com a Constituição Federal – art. 5º, inc. XXXV, Lei nº 8.078/90, art. 6º, inc. VI - (Código de Defesa do Consumidor), c/c o art. 186 do Cód. Civil, Cód. de Proc. Civil, e seguintes, mover a presente

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER – ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na rua 5, R. da Assembleia nº 100 - 16º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ. CEP- 20011-904, endereço eletrônico “*www.seguradoralider.com.br*”, expondo e requerendo o seguinte:

PRELIMINARMENTE.

Requer a **Gratuidade da Justiça**, com base na Lei nº 1.060/50 e com as devidas alterações da Lei 7.510/86, que estabelece as normas de **Assistência Judiciária Gratuita**, tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais sem prejuízo do seu sustento ou de sua família.

É de ordem pública o princípio da gratuidade da justiça aqueles que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família.

SINOPSE DOS FATOS.

O Autor é proprietário do Veículo Moto CG 160 - Start, ano 2017/2018, placa FGU-5113, beneficiário do Seguro DPVAT, e que vinha pilotando nas proximidades da Vila de Laje Grande, município de Catende, Estado de Pernambuco, precisamente no dia **18 de dezembro de 2018**, quando sofreu um acidente causando-lhe graves lesões físicas e materiais, conforme dá conta o BO-Boletim de Ocorrência, lavrado pela Unidade Policial-DEPOL. Catende/PE, anexa.

Em decorrência das lesões, trauma torácico, foi encaminhado ao HR - *Hospital da Restauração*, na cidade do Recife-Capital deste Estado, sendo submetido a exames e realizado cirurgia geral, drenagem geral fechada de tórax à esquerda devido a pneumotórax, diagnosticado:



“Trauma Torácico Fechado. Luxação em Terço Proximal de Clavícula Esquerda”, conforme documentação do referido hospital anexa.

Diante de tal fato, é devido o pagamento do prêmio segurado, na forma do art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, manejando procedimento administrativo, ocorre que após apresentação de toda a documentação obrigatória/necessária, a empresa requerida, em flagrante desrespeito, negou ao pagamento do que lhe é devido, sob alegação de que os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, desconhecendo o dano pessoal sofrido, conforme faz registro a fotografia apresentada, ora acostada.

O Autor foi submetido a exame pelo **IML - INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL**, encaminhado pela Delegacia de Polícia da cidade de Catende/PE, objetivando perícia traumatológica, aos quesitos formulados, assim disse a Médica Legista - Matrícula 347.897-3 (*Polícia Científica/SDS/PE*):

“1º) Houve lesão à integridade corporal ou à saúde do examinado?

Resposta: SIM.

2º) Qual o instrumento ou meio que a ocasionou?

Resposta:- INSTRUMENTO CONTUNDENTE.

3º) Da lesão resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função, perigo de vida, aceleração de parto, incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias? (*especificar*).

Resposta:- SIM. INCAPACIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS POR MAIS DE 30 DIAS, PERIGO DE VIDA (HEMOPNEUMOTORAX).

4º) Da lesão resultou deformidade permanente, perda ou inutilização de membro, sentido ou função enfermidade incurável, incapacidade permanente para o trabalho, aborto(*especificar*).

Resposta:- SIM. DEFORMIDADE PERMANENTE (DEFORMIDADE ÓSSEA TORÁCICA)”.

DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA.

O Laudo Médico acostado da lavra do **IML - INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL**, firmado pela Médica Legista – Matrícula 347.897-3 (*Polícia Científica/SDS/PE*), aponta sem titubeios as debilidades permanentes em razão do acidente. Portanto, diante do exposto, a indenização a que faz jus é aquela em que prevê a Lei nº 11.482/07 regulamentadora do Seguro DPVAT, no patamar de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), e levando-se em consideração o percentual MÁXIMO relativo a PERDA/INUTILIZAÇÃO/DEBILIDADE de partes do corpo do postulante.

Até a presente data o Autor não obteve êxito no recebimento do seguro motivo pelo qual lançou mão da presente lide.

MM. Juiz.

Os documentos anexados nesta exordial, provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, amoldando-se perfeitamente à condição para recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:



Art. 5º. *O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso).*

Complementa a Lei nº 8.441/1992, que alterou dispositivos da Lei nº 6.194/74, tornando obrigatória a indenização do Seguro DPVAT, ainda que o acidente tenha sido causado por veículo não identificado, por veículo com seguro não contratado ou vencido.

DO DIREITO

A Const.Federal, em seu festejado artigo 5º, inc. XXXV, diz:

“A LEI NÃO EXCLUIRÁ DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO LESÃO OU AMEAÇA A DIREITO”.

O Código de Defesa do Consumidor, como referência, em seu artigo 6º, inciso VI, expressa:

“SÃO OS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR... A EFETIVA PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAIS E MORAIS, COLETIVO E DIFUSOS”.

O Mestre Rui Stoco, em sua obra Responsabilidade Civil e sua Interpretação Jurisprudencial, pág. 49, diz que:

“A doutrina é unânime em afirmar, como não poderia deixar de ser, que não há responsabilidade sem prejuízo”.

Reverbera o nosso Código Civil, em seu artigo 186.

“Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”

Douto Julgador.

A Jurisprudência pátria esposa pacificamente a matéria enfocada, consoante o julgado abaixo:

“DANO MORAL – ADV-JURISPRUDÊNCIA – 30.041 – Todo dano é indenizável e dessa regra não se exclui o dano moral, já que o interesse moral, como está no Código Civil, é poderoso para conceder a ação. O grande argumento em contrário diz, apenas, respeito à dificuldade de avaliar o dano. Não é preciso que a Lei contenha declaração explícita acerca da indenização para que esta seja devida. Na expressão dano está incluído o dano moral”. (TJ-RJ – Ac. Unân. do 2º Gr. Câms. reg. Em 10.07.86 Eap. 41.284 – Rel. Juiz Carlos Motta).

O Autor encontra-se em situação de constrangimento, privado de receber a indenização securitária por negligência da Concessionária demandada, pagando alto custo pela falta de comprometimento, com injusta investida, causando-lhe vexames, dores, enfim, sentimentos e sensações negativas.

DOS PEDIDOS:

“Ex Positis”, com baldrame na fundamentação acima, requer a Vossa Excelência:

a)- Concessão do benefício da **Assistência Judiciária Gratuita**.

b) **Citação e Intimação** da Demandada **SEGURADORA LÍDER – ADMINISTRADORA DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, com sede na rua 5, R. da Assembleia nº 100 - 16º andar - Centro, Rio de Janeiro/RJ.



CEP- 20011-904, endereço eletrônico "www.seguradoralider.com.br," por seu representante legal, para contestar querendo, intimando-os para audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, protestando por todas as provas em direito permitidas, depoimento pessoal das partes, inclusive testemunhal, rol apresentará oportunamente.

Ao final, **JULGANDO PROCEDENTE** os pedidos constantes da inicial, condenando o referido agente causador dos danos materiais, numa indenização no patamar de R\$- 13.500,00 e morais, a ser fixado por este juízo, custas processuais e honorários advocatícios **sucumbenciais** no percentual de 20% sobre o valor da condenação, e demais encargos por lei, desestimulando-o da reiteração de atos futuros e semelhantes, servindo de exemplo para a sociedade como um todo, colimando - se dessa forma, instituir um sistema de plena respeitabilidade a valores que dizem respeito à própria essência da pessoa e comércio, por ser de salutar **J U S T I Ç A**.

Dá à causa para efeitos fiscais em R\$ - 13.500,00

E. Deferimento.

Catende/PE, 10 de Janeiro/2020.

Marcondes de Mélo Silva

Acadêmico

Edson de Oliveira Santos

OAB/PE – 10989

